



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Conselho de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação e Extensão

Ata da Reunião Extraordinária
Conselho de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação e Extensão – Cepe
10 de outubro de 2022

No dia dez de outubro de dois mil e vinte e dois, às nove horas, via webconferência, reuniu-se o Conselho de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação e Extensão – Cepe, sob a Presidência da Pró-Reitora de Ensino, a senhora Adriana Pionttkovsky Barcellos, com a presença dos seguintes membros: Messenas Miranda Rocha, Juldair Delpupo, Ana Paula Brasil, José Mário Costa Junior, Suzana Grimaldi Machado, André Romero da Silva, Pedro Paulo Pecoço Filho, Wilson Augusto Costa Cabral, Alini Altoé, Fernanda Zanetti Becalli, Ronald Aguiar Nascimento, Zamora Cristina dos Santos, Renata Gandra de Melo e Evandro de Andrade Siqueira. Convidados: Eliane Oliveira Lorete, Jonathan Toczec Souza, Oséias Soares Ferreira, Giliard Sousa Ribeiro, Carlos Eduardo Silva Abreu, Keytt Furtado, Flavinéria de Oliveira Nogueira, Virgínia de Paula Batista Carvalho, Luiz Fernando Dias Ferreira, Aldieris Braz Amorim Caprini, Tiago José Pessotti, Milena Machado de Melo, Cassia Aparecida Gobeti dos Santos Lovati e Carlos Eduardo Silva Abreu. A Pró-Reitora de Ensino, Adriana Pionttkovsky Barcellos, abriu a reunião, agradeceu a presença de todos e em seguida fez a leitura da pauta, com os seguintes pontos: **1. Informes. 2. Apreciação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Pedagogia do Campus Ibatiba; 3. Apreciação da alteração no Projeto Pedagógico do Curso de Ciência e Tecnologia de Alimentos do Campus Venda Nova do Imigrante – processo nº 23186.001313/2022-73; 4. Apreciação da suspensão temporária da oferta do Curso de Bacharelado em Ciências Biológicas do Campus de Alegre – processo nº 23149.002147/2022-79; 5. Apreciação da Minuta das Diretrizes Curriculares dos Cursos de Bacharelado em Administração do Ifes – processo nº 23147.007079/2022-54; 6. Apreciação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Comércio do Campus Guarapari – processo nº 23183.001784/2022-10; 7. Apreciação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Guia de Turismo subsequente ao Ensino Médio do Campus Piúma – processo nº**

23185.001025/2022-29; 8. Apreciação da solicitação de alteração do nº de vagas do Curso Técnico em Mecânica do Campus São Mateus (Resolução do Conselho Superior nº 135/2016) – processo nº 23157.002327/2022-51; 9. Apreciação da solicitação de suspensão da oferta do Curso Técnico em Administração - subsequente/concomitante do Campus Guarapari – processo nº 23183.002025/2022-66; 10. Apreciação do Plano de Contingência das Bibliotecas do Ifes – processo nº 23147.003758/2022-54. Adriana esclareceu que esta era uma reunião extraordinária, uma vez que a reunião ordinária fora realizada na segunda-feira da semana anterior. Devido à extensão da pauta, conforme já havia sido contextualizado na reunião anterior, optou-se por dividir os assuntos em 2 (dois) encontros distintos, a fim de evitar desgaste excessivo dos conselheiros, especialmente considerando o formato on-line da reunião. Foi informado que as notas da reunião já estavam compartilhadas e abertas para que os conselheiros pudessem registrar sua participação. O conselheiro André Romero foi consultado quanto à existência de informes. Não houve informes. Para o **item 2**, apreciação do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Pedagogia do Campus Ibatiba, a apresentação foi conduzida pelo Diretor de Ensino do campus, Wilson Augusto Costa Cabral, que destacou não haver apresentação formal em slides, pois o documento já havia sido previamente compartilhado com todos os conselheiros. Wilson contextualizou o processo de construção do curso, iniciado em 2018-2019, a partir de ampla consulta à comunidade, considerando as necessidades regionais. A consulta foi feita de forma híbrida — presencial e, posteriormente, on-line — devido à pandemia de Covid-19. Diversos cursos foram apontados como demandas regionais, como Agronomia e Licenciatura em Ciências Agrárias, mas, após análise de viabilidade e diálogo com a comunidade, o curso de Pedagogia se destacou como o mais necessário para a região. Foi ressaltado que atualmente não havia oferta pública e presencial de curso de Pedagogia no sul do Espírito Santo, e que os cursos existentes na região eram exclusivamente ofertados por instituições privadas, na modalidade a distância (EaD). O novo curso proposto seria o primeiro presencial e público da região sul do estado, com abrangência também sobre parte do leste de Minas Gerais, considerando a localização do município de Ibatiba. Wilson informou que o curso fora planejado para ser noturno, com duração de 4 (quatro) anos e baixo impacto orçamentário. O desenho curricular permitia seu funcionamento até o quinto período sem necessidade de contratação de novos docentes. Além disso, já haviam sido adquiridos os livros necessários para os 2 (dois) primeiros anos do curso com recursos de empenho remanescente da aquisição de materiais para o curso de Engenharia, reduzindo ainda mais o impacto financeiro. O curso contava com espaço físico reservado para o laboratório de práticas

pedagógicas, e seu PPC fora elogiado pelas pareceristas técnica e pedagógica. O documento já incorporava as exigências da curricularização da extensão, sendo inclusive citado como modelo de prática híbrida por uma das avaliadoras. A servidora Flavinéria de Oliveira Nogueira, integrante da equipe de elaboração do PPC, agradeceu pela oportunidade e reforçou o entusiasmo da equipe com a proposta. O conselheiro André Romero parabenizou a equipe de Ibatiba e destacou a sensibilidade da proposta quanto às demandas da sociedade e à integração com a rede pública de ensino, sem gerar sobreposição com cursos já existentes. Em seguida, questionou sobre como as atividades de pesquisa haviam sido pensadas dentro da proposta do curso, especialmente considerando sua possível relação com a permanência e êxito dos alunos. Wilson respondeu que havia uma demanda reprimida por pesquisa na área da educação no campus, com diversos docentes doutores na área. A criação do curso permitiria fomentar novas iniciativas e consolidar linhas de pesquisa já existentes, como permanência e êxito escolar. Destacou ainda o potencial de crescimento de projetos de pesquisa e extensão a partir da oferta do curso de Pedagogia. Foi também sugerida a realização futura de seminários conjuntos de educação entre os campi Ibatiba, Itapina e Vila Velha, ampliando o debate acadêmico e fortalecendo a articulação institucional em torno da formação docente. Não havendo mais manifestações, a presidente colocou a proposta em apreciação por meio de enquete, a qual foi aprovada com 87% (oitenta e sete por cento) de votos favoráveis e 13% (treze por cento) de abstenções. Para o **item 3**, apreciação da alteração no Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Ciência e Tecnologia de Alimentos do Campus Venda Nova do Imigrante, a apresentação do ponto foi realizada pelo professor Luiz Fernando Dias Ferreira, coordenador do curso. Luiz Fernando contextualizou a proposta, destacando que se tratava de uma reformulação do curso de Ciência e Tecnologia de Alimentos, ofertado desde 2015, sendo o primeiro curso implantado no campus. A proposta visava principalmente alterar o turno de integral para noturno, em razão das dificuldades enfrentadas pelos estudantes para se manterem na cidade de Venda Nova do Imigrante durante o dia, ainda que recebessem bolsas e auxílios institucionais. Essa necessidade já havia sido observada desde 2017, e a transição para o noturno fora sendo aplicada na prática, apesar de o curso ainda constar oficialmente como integral. Após o reconhecimento do curso pelo Ministério da Educação (MEC), em 2019, fora iniciada a tramitação formal da alteração de turno. Paralelamente, foram considerados outros aspectos importantes, como a curricularização da extensão (com a inclusão de componentes curriculares específicos, superando o mínimo de 10% exigido) e a inclusão de componentes híbridos, conforme a Resolução 58. Esses componentes híbridos previam atividades síncronas e

assíncronas, com percentual de até 18% (dezoito por cento) da carga horária do curso em formato EaD, o que equivalia a aproximadamente 60 horas por semestre. Foi também realizada uma redução da carga horária total do curso em cerca de 7% (sete por cento), permitindo sua conclusão em 4 (quatro) anos, com oferta exclusivamente noturna. Luiz Fernando destacou que o curso era consolidado em termos de pesquisa, com atuação em áreas como café, abacate e banana, e que muitos egressos haviam se inserido no mercado, seja em indústrias, seja em propriedades familiares. Durante os comentários, a conselheira Fernanda parabenizou a equipe pela proposta, destacando o alinhamento entre ensino, pesquisa e extensão. O conselheiro André questionou se o curso ainda aparecia como integral no Sistema de Seleção Unificada (Sisu), sendo esclarecido que sim, o que gerava entraves tanto para os candidatos quanto para a instituição. Informou-se que mais de 80% (oitenta por cento) dos alunos consultados haviam manifestado preferência pelo turno noturno. Foi esclarecido também que o curso ainda não tinha participado do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), por não haver diretrizes curriculares nacionais específicas para a área. Encerradas as manifestações, foi aberta a enquete de votação quanto à aprovação da proposta de alteração do PPC. A proposta foi aprovada com 88% (oitenta e oito por cento) de votos favoráveis e 12% (doze por cento) de abstenções. Para o **item 4**, apreciação da suspensão temporária da oferta do Curso de Bacharelado em Ciências Biológicas do Campus de Alegre, a apresentação foi conduzida pelo Diretor de Ensino do campus, Oséias Soares Ferreira, que contextualizou a situação do curso de Bacharelado em Ciências Biológicas, ofertado em conjunto com o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas no Campus de Alegre. Informou que a licenciatura era um curso consolidado e mais antigo, enquanto o bacharelado fora proposto em 2013, com oferta inicial ocorrendo de forma vinculada, por meio de disciplinas compartilhadas com a licenciatura. Destacou que a forma de ingresso no bacharelado ocorria por meio de transferência ou novo curso, e não via Sisu. Em 2017, o curso foi reconhecido pelo MEC com conceito 3, e com recomendações importantes: a necessidade de criação de uma matriz curricular própria para o bacharelado, distinta da licenciatura, e a adequação do ingresso por meio do Sisu. Com a pandemia, os trabalhos de reformulação foram interrompidos, e a retomada aconteceu apenas recentemente com o retorno à presencialidade. Considerando o término da última turma formada segundo o modelo atual, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e o Colegiado do curso deliberaram pela suspensão temporária da oferta do bacharelado, com a finalidade de reestruturar o Projeto Pedagógico de Curso (PPC), reorganizar a forma de ingresso e, futuramente, propor a oferta de um curso com matriz curricular específica, duração de 4 (quatro) anos e ingresso pelo Sisu.

Esclareceu-se que a licenciatura permanecia ativa e com funcionamento regular, e que a proposta de suspensão do bacharelado não acarretava, neste momento, impacto na carga horária docente, dado que as disciplinas eram majoritariamente compartilhadas. Para eventual retomada do curso reformulado, estudos de impacto de carga horária até o ano de 2030 já haviam sido realizados, contemplando diferentes cenários, e as discussões estavam em curso junto às áreas envolvidas. Encerrada a apresentação, foi aberta enquete de votação. A proposta de suspensão temporária da oferta do curso de Bacharelado em Ciências Biológicas foi aprovada por unanimidade. Para o **item 5**, apreciação da Minuta das Diretrizes Curriculares dos Cursos de Bacharelado em Administração do Ifes, o ponto foi apresentado inicialmente pelo Diretor de Graduação, Aldieris Braz Amorim Caprini, que contextualizou o histórico do trabalho desenvolvido para formulação das Diretrizes Curriculares do Bacharelado em Administração no Ifes. Informou que, a exemplo de outras áreas com núcleos comuns na instituição (como engenharias e licenciaturas), o curso de Administração dispunha apenas de uma matriz de referência informal. Com base nas novas Diretrizes Curriculares Nacionais da área, foi constituída uma comissão para transformar a matriz em um documento normativo institucional. O trabalho foi iniciado em 2019, com interrupção temporária devido à expectativa de publicação de nova diretriz nacional, que se concretizou posteriormente. Com a publicação oficial, os trabalhos foram retomados pela comissão, culminando na elaboração de uma minuta de diretrizes curriculares que considerava tanto as normas nacionais quanto elementos específicos do Ifes. O professor Tiago José Pessotti, presidente da comissão, detalhou a construção da minuta, ressaltando que o documento fora fruto de uma construção coletiva com a participação de professores especialistas de todos os campi que ofertavam o curso. A proposta mantinha plena aderência às diretrizes nacionais, sem modificações significativas, e incorporava elementos institucionais, como a criação de uma matriz de referência com disciplinas e ementas, respeitando a autonomia e especificidades regionais de cada campus. Foi destacado que o Grupo de Trabalho (GT) responsável pela elaboração continuaria ativo, especialmente para acompanhar a implantação das diretrizes e colaborar com as exigências das normativas nacionais, como a constituição de instâncias de avaliação externa. Durante os debates, a conselheira Fernanda parabenizou a comissão e questionou sobre a presença de diretrizes específicas para atividades de extensão e pesquisa. Em resposta, Tiago esclareceu que a previsão dos 10% (dez por cento) da carga horária para extensão estava mencionada no documento em conformidade com as resoluções do Ifes, mas sem detalhamentos específicos, uma vez que havia outra comissão dedicada à curricularização da extensão. Quanto à pesquisa, a minuta mantinha

o alinhamento com as diretrizes nacionais, sem acréscimos próprios. Encerradas as discussões, foi aberta enquete de votação. A minuta foi aprovada por unanimidade. Para os **itens 6**, apreciação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Comércio do Campus Guarapari e **9**, apreciação da solicitação de suspensão da oferta do Curso Técnico em Administração – subsequente/concomitante do Campus Guarapari, a apresentação conjunta dos 2 (dois) pontos foi conduzida pela Diretora de Ensino do campus, Virgínia de Paula Batista Carvalho, que contextualizou a proposta de criação do Curso Técnico em Comércio como resposta à demanda regional, sobretudo do setor comercial, principal atividade econômica do município, representando cerca de 60% (sessenta por cento) do mercado de atuação local. Destacou que a proposta visava à atualização e adequação da oferta formativa do campus à realidade socioeconômica da região, justificando também a solicitação de suspensão da oferta do Curso Técnico em Administração na forma presencial e concomitante/subsequente, o qual continuaria a ser ofertado apenas na modalidade EaD. Na sequência, a professora Milena Machado de Melo apresentou os detalhes do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Comércio. Informou que a demanda surgiu em 2020, intensificada durante a pandemia, quando o setor comercial havia enfrentado desafios significativos, sobretudo com a necessidade de digitalização e inovação. A Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) local procurou o campus com demandas específicas, inicialmente atendidas por meio de um curso de extensão voltado ao setor da construção civil, com boa adesão e repercussão. Diante do sucesso, intensificaram-se os diálogos e estudos para a construção de um curso técnico regular. O curso foi estruturado conforme o novo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, com 800 horas totais, a ser ofertado ao longo de 2 (dois) semestres, incluindo aproximadamente 18% (dezoito por cento) da carga horária em EaD (150 horas). A matriz curricular contemplava disciplinas alinhadas às necessidades do comércio local, tais como: atendimento ao cliente, matemática comercial, informática aplicada, marketing, controle financeiro, formação de preços, logística, legislação do comércio, técnicas de vendas e empreendedorismo. Milena agradeceu as contribuições dos pareceristas, destacando que as observações tinham sido incorporadas em uma nova versão do PPC, demonstrando o compromisso da equipe com a qualidade do projeto. Diante da clara relação entre os 2 (dois) pontos de pauta, o conselheiro Wilson propôs a votação conjunta, justificando o vínculo direto entre a criação do novo curso e a suspensão do anterior. A proposta foi acolhida pelos conselheiros, sem manifestações contrárias. Colocada em votação conjunta, a proposta de criação do Curso Técnico em Comércio do Campus Guarapari e a suspensão da oferta presencial do Curso Técnico em Administração (subsequente/concomitante) foram aprovadas por

unanimidade. Para o **item 7**, apreciação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Guia de Turismo subsequente ao Ensino Médio do Campus Piúma, a apresentação foi realizada pelo professor Giliard Sousa Ribeiro, que iniciou contextualizando a proposta, destacando que desde 2019 o campus vinha promovendo reflexões sobre a reestruturação dos cursos técnicos, considerando o impacto da ampliação da carga horária dos cursos integrados para 3 (três) anos. Nesse contexto, foi formada uma comissão em 2021 para estudar a viabilidade de implantação de um novo eixo tecnológico, considerando a vocação da região. A partir de uma consulta pública, definiu-se pela escolha do eixo de Turismo, com destaque para o curso Técnico em Guia de Turismo como uma das principais demandas da comunidade local. A pesquisa revelou o interesse por um curso subsequente, de um ano de duração, com aulas no período noturno e parte da carga horária em formato híbrido. O curso de Gastronomia, inicialmente mais votado, fora descartado neste momento por limitações de infraestrutura e corpo docente. Assim, foi elaborada a proposta do curso Técnico em Guia de Turismo, com carga horária total de 866 horas, respeitando os parâmetros do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, incluindo até 20% (vinte por cento) da carga horária em EaD. A construção do PPC foi conduzida majoritariamente pelos professores da área de Ciências Humanas, especialmente após a nomeação de Giliard por reaproveitamento de concurso público. Durante a tramitação do projeto, o campus recebeu contribuições significativas dos pareceristas técnico e pedagógico, cujas sugestões foram incorporadas à versão final do PPC. Ressaltou-se ainda que a proposta atendia a demandas oficiais encaminhadas por órgãos estaduais e municipais de turismo da região, que apontavam a carência de profissionais qualificados na área, especialmente em virtude do amadorismo ainda presente na prestação de serviços turísticos locais. Cássia, Diretora de Ensino do campus, complementou destacando que este era o primeiro curso do novo eixo de Turismo no campus e que o objetivo era expandir gradualmente a oferta, sempre com responsabilidade e em diálogo com a comunidade regional e os gestores públicos. Durante o debate, foi confirmada a oferta do curso no período noturno, das 18h30 às 22h, favorecendo o acesso de trabalhadores que buscavam qualificação profissional. Não houve manifestações contrárias ou sugestões adicionais por parte dos conselheiros. Colocada em votação, a proposta do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Guia de Turismo (subsequente ao Ensino Médio) do Campus Piúma foi aprovada por unanimidade. Para o **item 8**, apreciação da solicitação de alteração do número de vagas do Curso Técnico em Mecânica do Campus São Mateus (Resolução do Conselho Superior nº 135/2016), a apresentação foi realizada pelo Diretor de Ensino do campus, Carlos Eduardo Silva Abreu, que contextualizou a solicitação como consequência da recente reformulação dos Projetos de Curso

Técnico (PPCs) do campus, em consonância com as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e às novas exigências do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A referida reformulação resultou na redução da duração dos cursos técnicos integrados em Mecânica e Eletrotécnica de 4 (quatro) para 3 (três) anos, o que possibilitou uma reorganização da carga horária docente e, conseqüentemente, a ampliação do número de vagas ofertadas. A proposta apresentada consistia em admitir nos anos ímpares 2 (duas) turmas de 32 (trinta e dois) alunos para o curso Técnico em Mecânica integrado ao ensino médio, e 1 (uma) turma de 32 (trinta e dois) alunos para o curso Técnico em Eletrotécnica. A título de comparação, até então, eram ofertadas 1 (uma) turma de 32 (trinta e duas) vagas para cada curso. A ampliação estava respaldada por planejamento que incluía projeções até 2026, garantindo que a estrutura física e a força de trabalho docente pudessem atender à nova demanda. Carlos Eduardo também adiantou que, para os anos pares, estava em estudo a possibilidade de inversão dessa lógica, ou seja, a oferta de 2 (duas) turmas de Eletrotécnica e 1 (uma) de Mecânica, ou ainda uma composição mista entre as 2 (duas) áreas, com um terceiro curso em fase de discussão. No entanto, para o momento, a deliberação se limitava à proposta de ampliação de vagas nos anos ímpares, com a primeira aplicação já prevista para o ano seguinte à aprovação. Adriana parabenizou a iniciativa, destacando o mérito da ampliação do atendimento à comunidade sem prejuízo da qualidade da formação oferecida. Não houve manifestações adicionais por parte dos conselheiros. Colocada em votação, a proposta de alteração no número de vagas do Curso Técnico em Mecânica do Campus São Mateus foi aprovada por unanimidade. Para o **item 10**, apreciação do Plano de Contingência das Bibliotecas do Ifes, Adriana informou que o conselheiro Ronald realizaria a apresentação, em substituição à bibliotecária Gabriela, presidente do Fórum de Bibliotecas do Ifes, responsável pela condução dos trabalhos de elaboração do documento. Após dificuldades técnicas iniciais, Ronald assumiu a explanação, destacando que, embora não tivesse participado diretamente da construção do plano, havia acompanhado sua elaboração e tido acesso à versão final. Segundo Ronald, o Plano de Contingência das Bibliotecas do Ifes tinha como objetivo principal estabelecer diretrizes e ações para minimizar situações emergenciais que pudessem afetar o funcionamento das bibliotecas, assegurando a continuidade dos serviços e evitando prejuízos aos usuários. O documento era aplicável a todas as bibliotecas dos campi do Ifes, respeitando suas especificidades locais. Seu conteúdo abordava desde a caracterização das bibliotecas e dos seus acervos, incluindo bibliotecas virtuais, até aspectos como acessibilidade, desenvolvimento de coleções, normas de catalogação e serviços prestados. Em seguida, o plano apresentava a classificação dos riscos (físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e outros),

propondo medidas específicas de prevenção e mitigação. O plano também contemplava um quadro de gerenciamento de crises, com ações recomendadas em situações como incêndios, quedas de energia, falhas de internet, vandalismo, entre outras, além de apresentar uma tabela com classificação de riscos por grau de gravidade (baixo, moderado e alto). A seção final continha disposições gerais que reforçavam o caráter orientativo do documento, servindo como base para a criação de planos específicos em cada unidade. Durante o debate, o conselheiro André parabenizou o grupo responsável pela elaboração do documento e levantou uma questão sobre o tratamento específico de obras raras, considerando os riscos físicos e biológicos que poderiam representar. Ronald informou que o Campus Vitória, por exemplo, já possuía um setor de memória que lidava com parte dessas obras e que, embora o número não fosse expressivo no momento, levaria a sugestão à comissão responsável pela elaboração do plano para avaliar a pertinência de incluir um item específico no documento ou eventualmente propor uma instrução normativa dedicada ao tema. Adriana sinalizou que, caso a comissão entendesse necessário incluir tal item no documento atual, um novo arquivo poderia ser encaminhado antes da próxima reunião do Colégio de Dirigentes, prevista para o mês de novembro. Não havendo outras manifestações, o ponto foi colocado em apreciação por meio de enquete, e o plano foi aprovado pelo Conselho com 92% (noventa e dois por cento) de votos favoráveis e 8% (oito por cento) de abstenções. Nada mais havendo a tratar, Adriana deu por encerrada a reunião. Eu, Cristiana Aparecida Reimann do Nascimento, lavrei a presente ata, que será submetida à aprovação de todos os presentes. Vitória, dez de outubro de dois mil e vinte e dois.